

Porto Alegre, 8 de outubro de 2025.

**Orientação Técnica IGAM nº 21.059/2025.**

**I. O Poder Legislativo de Três Passos** solicita orientação técnica acerca de projeto de lei complementar, de autoria do Executivo, que "dispõe sobre a concessão de descontos no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, relativo ao exercício de 2026, e dá outras providências".

**II.** Programas de aumento na arrecadação fiscal, como descontos para pagamento antecipado e parcelamentos, são importantes para incentivar a e facilitar o adimplemento de tributos e a manutenção da regularidade de contribuintes. Essas medidas não apenas aumentam a receita a curto prazo, mas também fortalecem a relação entre governo e sociedade, promovendo maior conformidade fiscal no futuro.

A matéria está circunscrita à competência municipal, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal. Quanto à deflagração do processo legislativo, nota-se que tal medida está inscrita no rol de atribuições outorgadas ao Chefe do Executivo pela Lei Orgânica do Município. Nada obstante, vez que o teor normativo da proposta implica renúncia de receita, faz-se indispensável observar os requisitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, como se aduz:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária **da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, **atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:**

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de

alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.


§ 1º **A renúncia compreende** anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, **concessão de isenção em caráter não geral**, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

A imprescindibilidade de instruir adequadamente a proposta com tais peças orçamentárias reverbera na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que assim decidiu ao analisar norma essencialmente idêntica ao texto projetado<sup>1</sup>.


No caso concreto, o projeto está acompanhado de demonstrativo de impacto, de modo que, o estudo segue a estrutura do Anexo de Renúncia de Receita que fará parte da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2026 (LDO 2026). Assim, se a LDO aprovada para 2026 apresentar a previsão no anexo de renúncia, conforme estudo ora analisado, a renúncia estará prevista e poderá ser concedida em 2026 do ponto de visto orçamentário. Por fim, na coluna compensação, deverá ser descrito que a renúncia foi prevista na metodologia de cálculo da receita, bem como, no anexo da receita da LDO o valor da renúncia precisará estar descrito como dedução da receita orçamentária.

**III.** Diante do exposto, conclui-se pela a viabilidade jurídica e orçamentária do projeto de lei analisado.

O IGAM permanece à disposição.



**FERNANDO THEOBALD MACHADO**  
OAB/RS 116.710  
Consultor Jurídico do IGAM



**WILLIAM VIEIRA ALVES ANDRADE**  
CRC/RS 102892  
Consultor do IGAM

---

<sup>1</sup> TJ-RS - ADI: 70084729854 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 11/06/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 22/06/2021